



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Apresentação

Luciana Aparecida Araújo Penitente
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça
Stela Miller

Como citar: PENITENTE, L. A. A.; MENDONÇA, S. G. de L.; MILLER, S. Apresentação. *In:* PENITENTE, L. A. A.; MENDONÇA, S. G. de L.; MILLER, S. (org.). **As (contra)reformas na educação hoje**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 11-18.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-985-6.p11-18>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APRESENTAÇÃO

Esta obra resulta da 16.^a Jornada do Núcleo de Ensino de Marília, realizada no período de 15 a 17 de agosto de 2017, na Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, *Campus* de Marília/SP, com o tema “As (contra) Reformas na Educação Hoje”.

Na ocasião do evento, ainda estávamos sob o forte impacto da difícil conjuntura política e econômica do país, que se arrasta até o momento. O Brasil vivenciou momentos de muita tensão frente ao conjunto de reformas propostas pelo atual Governo Federal, que abarca âmbitos estratégicos da sociedade brasileira: econômico, previdenciário, trabalhista, educacional, entre outros. Neste contexto, a primeira concretização foi a Emenda Constitucional n.º 95, aprovada em dezembro de 2016, que congela todos os gastos públicos por vinte anos. Em seguida, foi a vez da educação, com mudanças profundas, como a Reforma do Ensino Médio, iniciada com a Medida Provisória n.º 746/2016, de setembro de 2016, e já sancionada na Lei Federal n.º 13.415, em fevereiro de 2017, evidenciando outros rumos para a educação no Brasil, tendo também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) outro elemento estruturante, com fortes implicações nos diferentes níveis da educação básica e nas licenciaturas.

Assim, a Jornada, focalizando aspectos históricos, estruturais, socioculturais e político-pedagógicos, pôs em discussão as reformas educacionais promovidas pelo Governo Federal, bem como suas implicações mais diretas para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a formação de professores, considerando a necessidade de amplo debate dessas políticas em curso, que alteram não só a configuração curricular das

<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-985-6.p11-18>

escolas de educação básica, mas a vida de professores e alunos, com sérias implicações ao futuro do país.

É fato que se trata de um momento especial da luta de classes da sociedade capitalista, que tem na educação um espaço ressignificado para a reprodução do capital. O cenário atual é a concretização do processo da mercantilização da educação, que traz novos atores, como as fundações Airton Senna e Lemann, com funções e papéis estratégicos na organização das políticas educacionais. No acirramento dessas políticas, pautadas nas diretrizes ensino a distância, formação aligeirada e parceria público e privado, avanços na desregulamentação dos direitos sociais, ou melhor, na perda de direitos de cidadania, os trabalhadores e seus filhos se veem excluídos de um modo extremamente estarrecedor, pois não basta o desemprego, o sucateamento da escola pública, o baixo salário dos seus professores e o descuido com a infraestrutura, é necessário também banir do currículo as poucas possibilidades de acesso à cultura.

A organização social em diferentes classes se liga diretamente à base econômica da sociedade, produzindo estratos societários com níveis distintos de apropriação das riquezas produzidas. No caso da sociedade brasileira, essa diferenciação se traduz em níveis bastante relevantes de desigualdade social, alijando grandes parcelas da população do alcance de bens culturais necessários ao seu processo de humanização. Quando temos o fenômeno das ocupações das escolas, no qual os estudantes defendem a escola literalmente como um DIREITO, a luta de classes se movimenta e traz novas possibilidades de alteração desse cenário.

Assim, a educação escolar reflete as injunções próprias da organização social de classes, oferecendo distintos níveis de instrução e formação aos sujeitos pertencentes aos diferentes extratos sociais. Conforme Leher (2012, p. 241), “[...] grosso modo, existe alta congruência entre as áreas em que habitam os setores da classe trabalhadora mais expropriados e explorados e a debilidade das escolas públicas, acarretando níveis educacionais iníquos”. Distintos níveis de apropriação dos bens culturais produzem diferentes níveis de objetivação dos sujeitos em produtos de sua atividade, dadas as condições de sua existência e de sua participação nas ações educativas que diferem grandemente entre as diversas classes sociais.

Entretanto, temos deslocado a análise dos problemas educacionais e a indicação de meios para solucioná-los da questão estrutural da

sociedade de classes para a questão “[...] de gestão pedagógica e da falta de focalização adequada das medidas educacionais.” (LEHER, 2012, p. 226).

Mais do que nunca, o falso foco presente nas (contra)reformas, em especial da educação, leva a um momento muito especial, de sérios retrocessos, que por sua importância e relevância, deveria se caracterizar por intensa discussão entre todos aqueles que participam, direta ou indiretamente, dos processos desenvolvidos no interior das escolas. Entretanto, o que vemos acontecer não corresponde ao processo democrático e transparente de discussão dos novos rumos a serem tomados na educação brasileira. Ao contrário, esse momento histórico caracteriza-se pela vivência de situações decorrentes de uma gestão “pública” impositiva, autoritária, cerceadora dos direitos sociais, que busca, pela ausência de debate e utilização de instrumentos legais antidemocráticos, como Medida Provisória e desrespeito às normas legais, fazer valer seu projeto de nação e de educação sobre o povo e não com o povo brasileiro.

Assim é que, sem tocar nas questões essenciais que determinam o fracasso escolar, as desistências, os baixos índices de apropriação de conhecimentos e de desenvolvimento de habilidades e capacidades cognitivas de grande parte dos alunos das escolas do país, o governo brasileiro, na segunda década do século XXI, decide por medidas que estão longe de solucionar os graves problemas que afetam a qualidade do ensino promovido pela maior parte de nossas escolas em meio a reformas que precarizam ainda mais a vida dos trabalhadores.

Conforme Callegari (2018), membro do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC), a lei que concretiza a reforma do Ensino Médio “[...] é excludente, reducionista e pode acentuar as graves desigualdades educacionais brasileiras”. Essa questão fica ainda mais evidente, segundo ele, com a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “[...] recém-apresentada pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação. Essa lei precisa ser revogada, a atual BNCC do ensino médio rejeitada e o tema voltar a ser debatido com a sociedade”.

Em conjunto, a reforma do ensino médio e a BNCC diminuirão a oferta de conteúdos necessários à formação dos estudantes, uma vez que o curso passará a ter 1800 horas, havendo uma redução de “[...] cerca de 60% da atual carga horária”; na BNCC, “[...] com exceção de língua portuguesa e matemática, as demais disciplinas ficam diluídas

em áreas do conhecimento, sem ficar claro o que deve ser assegurado” (CALLEGARI, 2018).

A eficiência e a eficácia das medidas adotadas ficarão restritas às propagandas veiculadas pela mídia; na realidade, as alterações que serão realizadas apenas tornarão mais limitada a formação de crianças e jovens, dado que, além do problema de restrição do acesso ao conhecimento, acima apontado, as condições objetivas que caracterizam as escolas de ensino básico continuarão as mesmas: a situação precária dos prédios escolares e dos demais elementos que compõem a infraestrutura das escolas, via de regra sem laboratórios e bibliotecas que funcionem a contento; o plano de carreira e a baixa valorização profissional, dentre outros fatores que obstaculizam o bom funcionamento das instituições educativas.

Nesse contexto de processo reformista deflagrado pelos órgãos governamentais de nosso país e que trará sérios impactos na educação básica, em especial, a pública, alguns questionamentos fundamentais emergiram e nortearam as reflexões em torno da temática apresentada nessa coletânea, a saber: Qual o alcance dessas reformas? Quais seus problemas? Quais suas contribuições? As instituições privadas de ensino se submeterão à nova legislação? Quais as condições reais de financiamento para a implementação dessas políticas? Qual o debate democrático e efetivo com aqueles que fazem a escola? Como caracterizar as resistências dos estudantes, com as ocupações acontecidas em diferentes estados do país em oposição a essas reformas? Como ficará a política de formação de professores com a implantação da BNCC?

Esse debate, necessário e urgente, que esteve no centro da proposta da 16ª. Jornada do Núcleo de Ensino e que se objetivou nas palestras proferidas durante esse evento, orientou a organização desta coletânea compondo um conjunto de discussões que partem dos aspectos mais amplos de contextualização da problemática focalizada e culminam com a reflexão sobre os aspectos pedagógicos relacionados às medidas adotadas pelas reformas educacionais em foco.

Tais discussões se apresentam estruturadas nessa coletânea em três partes: a primeira, traz três artigos, focalizando a visão histórica do problema e dos reflexos para a formação profissional de docentes da educação básica; a segunda, com três artigos, discute as consequências e desdobramentos da adoção da BNCC para a educação infantil, e, a terceira e última parte, com três artigos, provoca reflexões sobre

diferentes formas de promoção de processo formativo transformador voltado a estudantes do ensino fundamental e médio, levando em conta suas atividades de estudo e de mobilização social. O detalhamento dessa discussão é evidenciado a seguir.

Na **primeira parte** do livro, “**(Contra)reformas, flexibilização curricular e formação de professores**”, estão os artigos de *César Augusto Minto*, *Lalo Watanabe Minto* e *Gicele Maria Cervi*.

César A. Minto, em seu texto “(Contra)Reformas na educação brasileira: ontem e hoje” busca na retrospectiva das políticas educacionais das últimas décadas os fundamentos norteadores da atual política governamental, pautada em perdas de direitos e não em conquistas. Ao mesmo tempo, evidencia a tentativa de padronização excessiva da educação escolar com base numa concepção tecnicista, desconsiderando a autonomia das esferas administrativas, a diversidade cultural do povo e a “condição intelectual de educadores e estudantes, que segundo tal visão precisam ser conduzidos, monitorados, tutelados. Mas, então, a quem interessa isso tudo? À manutenção do *status quo*, em última análise, à reprodução do capital, na área da educação, claro.”

O artigo “Formação de professores e política de ensino superior no Brasil”, de **Lalo Watanabe Minto**, orienta-se pela questão: “Qual é o lugar que a formação de professores vem ocupando nas políticas para o ensino superior (ES) no Brasil de hoje?” A partir dela, o autor trata das condições necessárias à formação de professores no Ensino Superior, considerando a forma pela qual este está configurado no Brasil contemporâneo, bem como as principais tendências que o caracterizam na atualidade.

Gicele Maria Cervi, em seu artigo “Formação de professores e flexibilização curricular: para onde vamos? Pensando possibilidades”, discute a formação de professores em tempos de flexibilização curricular, um conceito que compõe um cenário da perspectiva neoliberal, e nos leva a pensar nas intencionalidades de quem a propõe, bem como nos seus efeitos para formação profissional docente, principalmente no problema da redução na qualidade dessa formação. Por outro lado, o artigo traz reflexões acerca da necessidade de fazer a palavra flexibilidade funcionar em outra direção, a saber, pensar a formação como um processo flexível, que considera o outro como ele é, tal como se propõe no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) como um tempo/espaço da/na formação docente em que a flexibilidade se faz necessária.

A **segunda parte**, denominada “**Desdobramentos da BNCC para a educação infantil: questões para o debate**”, engloba artigos que versam sobre as conquistas e os rumos da Educação infantil para o século XXI no campo das políticas educacionais e o quanto esses avanços podem ou não ser fortalecidos no contexto das contrarreformas para a educação básica. Nessa perspectiva, discute-se a questão da formação inicial e continuada de professores da Educação Infantil, de modo a garantir uma educação para além da quantidade, mas que garanta a qualidade da formação oferecida, considerando o brincar, o papel da criança, do professor, da escola e da prática pedagógica e os desdobramentos em torno do currículo e do processo de elaboração final da Base Nacional Comum Curricular. Os artigos de *Sueli Amaral Mello*, *Suzana Marcolino* e *Hilda Micarello* corroboram essa discussão.

Em seu artigo, “Educação infantil no século XXI: o que ainda falta?”, **Sueli Amaral Mello** traz logo de início a discussão sobre os avanços no campo da Educação Infantil, sobretudo de crianças de 0 a 6 anos a partir da década de 1980. Para além dos avanços na educação Infantil, apresenta dados estatísticos importantes sobre a qualidade e nível de escolaridade da população brasileira, destacando a importância que deve ser dada à formação inicial e continuada de professores, de modo a garantir uma formação sólida, capaz de nortear o trabalho docente para se alcançar uma educação desenvolvente. Além de bons professores, esses profissionais devem ser também bons pesquisadores, capazes de ser produtores de conhecimento sobre a educação da infância e sobre o lugar da criança na educação e sociedade brasileiras. Ademais, requer uma teoria pedagógica que permita redefinir a escola, o lugar do professor e da cultura histórica e socialmente acumulada no processo de ensinar e aprender.

No artigo “A Prática Pedagógica com as Crianças Pequenas: o que ainda não está garantido?”, **Suzana Marcolino** destaca no campo pedagógico a relevância da brincadeira como atividade intencionalmente planejada pelos adultos. Para tanto, a partir das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, a autora apresenta algumas reflexões e apontamentos a partir de pesquisas realizadas sobre a brincadeira na Educação Infantil, evidenciando o papel da mediação docente como propulsora do desenvolvimento da brincadeira. Tal mediação requer uma atuação consciente e intencional do professor para mover os processos do brincar e a ampliação das ações e novos papéis sociais.

Hilda Micarello, em “Currículo para a Educação Infantil e BNCC: o que ainda não está garantido?”, traz uma discussão sobre o processo de construção da BNCC para a Educação Infantil e os desafios que essa proposta impõe à educação infantil brasileira do século XXI. Nessa discussão, a autora destaca a questão do currículo e afirma que o documento da educação infantil foi o que menos sofreu alterações na elaboração final do documento, homologado pelo CNE, conseguindo preservar o que foi negociado, com relação à norma curricular, no debate entre pesquisadores das universidades, redes municipais e professores. Em seguida, aborda aspectos do que ainda precisa ser garantido na implementação da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, principalmente no que diz respeito ao currículo, de modo a garantir as conquistas e os avanços obtidos da área, bem como o processo de transição entre educação Infantil e Ensino Fundamental.

A **terceira parte**, “**Desafios formativos para o ensino fundamental e médio**”, é composta por três artigos: um de autoria de *Stela Miller*, outro escrito por *Angelo Antonio Abrantes* e um terceiro, de autoria de *Karina Perin Ferraro* e *Camila Mendes Pinheiro*.

Stela Miller, em seu artigo “O fundamental no ensino fundamental: ensinar a pensar”, discute, em um primeiro momento, a relação entre a proposta de organização do ensino por meio da atividade de estudo, voltada à formação do aluno como um sujeito capaz de, pelo desenvolvimento do pensamento teórico, compreender a realidade e nela agir de forma crítica, e, em segundo lugar, explicita como pode a atividade de estudo propiciar ao aluno o desenvolvimento da capacidade de formular questões e problemas, planejar ações para resolvê-las e colocá-las em prática buscando as suas soluções no processo de sua formação, gerando com isso, a autonomia no pensar e no agir.

No artigo “Adolescência adulterada: a (contra)reforma do ensino médio e a formação do jovem adolescente a partir da Psicologia Histórico-Cultural”, **Angelo Antonio Abrantes** reflete sobre “a (contra)reforma do ensino médio expressa na Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, entendendo-a como ação política que tem o sentido prático de aprofundar a alienação do estudante da classe trabalhadora em relação aos conhecimentos sistematizados como arte, ciência e filosofia”. Em outras palavras, o autor evidencia que a reforma do ensino médio distancia os trabalhadores

do acesso aos conhecimentos, da formação da pessoa consciente de si e do mundo, favorecendo o controle social sobre a juventude.

O artigo de *Karina Perin Ferraro* e *Camila Mendes Pinheiro*, denominado “Com a escola ocupada aprendi muito mais: encantamento e resistência secundarista”, focaliza aspectos relativos ao “encantamento” provocado pelas ações de mobilização de estudantes, realizadas no ano de 2015 no estado de São Paulo, e de 2016 no caso do estado do Paraná, em resposta ao que a mídia denominou Projeto de Reorganização Escolar, promulgada na forma de Decreto n.º 61.672/2015, sem discussão e em oposição aos atingidos por essa proposta: professores, estudantes e seus responsáveis. O objetivo do artigo é apresentar a atuação do movimento de resistência estudantil secundarista (MES) a esse projeto de reforma, mostrando o fenômeno em sua totalidade, em processo, ou seja, em seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CALLEGARI, C. Revogar a lei do ensino médio. Norma pode agravar desigualdades educacionais. *Folha de São Paulo*, Tendências/Debates. 3 jul. 2018.

LEHER, R. Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional? In: MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P.; MILLER, S. (Org.). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. 2. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012.

Luciana Aparecida Araújo Penitente
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça
Stela Miller

PRIMEIRA PARTE
(CONTRA)REFORMAS, FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E
FORMAÇÃO DE PROFESSORES